

Vestígios da Escolarização e Profissionalização de Professoras Afrodescendentes no Magistério (Santa Catarina, Século XX)¹

Traces of Schooling and Professional Teaching of the Teaching African Descent (Santa Catarina, Twentieth Century)

Maria Aparecida Clemêncio

Doutoranda PPG Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC
cidamaravilha@gmail.com

O final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, período caracterizado politicamente na historiografia brasileira como Primeira República, é marcado por intensas mudanças políticas e administrativas. Passamos do regime imperial para o republicano, mudança que provocou diversas transformações de ordem política, econômica, social e cultural em nosso país. Neste período o Brasil busca se consolidar como nação republicana, em busca de progresso e modernidade e a educação ganha destaque, ao menos no discurso.

São mudanças fruto de um processo histórico desencadeado desde os anos setecentos e oitocentos, decorrentes do projeto que Portugal tinha pra com suas colônias. Estas vão da expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses a iniciação de um processo de laicização da instrução e de redefinição do processo educacional que até então se desenvolvia nas terras brasileiras. “Nesse período ocorre à transição de uma sociedade em que a educação se faz por

¹ Este artigo se constitui em reflexão preliminar vinculada a projeto de tese da autora, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação (Doutorado) da Universidade do Estado de Santa Catarina, na linha de História e Historiografia da Educação.

impregnação cultural para uma sociedade munida de um sistema complexo de ensino estatal” (VILLELA, 2000, p. 97).

Contudo, em termos nacionais os passos mais significativos só se fizeram após a revolução de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e com a constituição de 1934 em função das exigências de fixação das diretrizes da educação nacional e elaboração do plano nacional de educação. Este movimento teve como um de seus pontos mais marcantes a aprovação da Lei Orgânica do Ensino, além de várias reformas promovidas por Gustavo Capanema, ministro da educação do Estado Novo. A partir dessa normativa, entra em destaque a instrução pública e com isso a visão de que a escola seria a solução de todos os problemas sociais, tomando-se a mesma como a redentora da humanidade (SAVIANI, 2006).

A escola não conseguiu garantir a façanha de ser a salvadora dos problemas de nossa sociedade nem no passado nem no presente. Mesmo não tendo sido a redentora o tom dos discursos de alguns intelectuais em prol da escola primária ganhou grande destaque. De acordo com Hoeller (2012) dizemos que:

as produções historiográficas no contexto brasileiro nas pesquisas de (GONDRA, 2004; VEIGA, 2006; FARIA FILHO, 2009), bem como de outros pesquisadores, assinalam que entre o século XIX e meados do século XX, as elites intelectuais e dirigentes brasileiras mantiveram um diálogo sintonizado com o ideário da modernidade, apontando a Europa e os Estados Unidos como referências para argumentação de projetos educativos que visavam promover a superação de hábitos, comportamentos, ideias e conceitos tidos como arcaicos, destacando a escola como elemento fundamental para educação e instrução da população. (HOELLER, 2012, p. 135).

No Estado de Santa Catarina, uma ampla reforma no ensino público foi alvo do governo Vidal Ramos nos idos de 1910. Tinha como preocupação a reorganização da escola normal e a adoção de uma série de leis e regulamentos para implementação de um efetivo sistema de ensino. Esse interesse já se fazia desde o início do século quando as elites republicanas catarinenses carregavam o desejo de reorganizar o ensino no estado tomando por referência o modelo adotado em São Paulo.

Neste Estado, a última década da Primeira República caracterizou-se por pensar a escola primária moderna, sob dois aspectos: instruir e educar, lançando mão de novos métodos de ensino e novos hábitos a serem desenvolvidos.

Queria-se ultrapassar a velha pedagogia, aparelhando a escola primária dentro de novos e modernos moldes. Em síntese essas reformas foram impulsionadas com a contratação de Orestes Guimarães, professor paulista que teve como função organizar a educação em nosso estado.²

Nessa onda regulatória e de ampliação de acesso ao ensino, observa-se uma maior participação das populações antes excluídas. Apesar de um conjunto de deficiências que o sistema apresentava, como falta de elasticidade na oferta, precariedade na estrutura e baixo rendimento, haja vista a sua condição seletiva e socialmente discriminatória, identifica-se que, essas populações conseguiram acessar ao ensino. Poderíamos dizer que desenvolveram estratégias de inversão, aproveitando-se das possibilidades que o sistema oficial de ensino lhes ofertou. Partindo desta hipótese, nossa atenção se volta para a escolarização da população de origem africana na segunda metade deste século, período onde se verifica forte ampliação e expansão da educação de massa³.

Queremos analisar, como ocorreu o processo de escolarização de professoras afrodescendentes em Santa Catarina, refletindo sobre o que e como populações marginalizadas criaram mecanismos de inserção dentro de estruturas muitas vezes impermeáveis a sua participação.

Dentro de uma estrutura social regulatória, excludente e elitista busca-se entender como que mulheres afrodescendentes se escolarizaram e conquistaram a inserção no mercado de trabalho via profissionalização na docência.

Que a educação brasileira e aquela levada a efeito no estado de Santa Catarina tenha sido elitista e excludente já foi dito. No entanto, pouco se tem analisado e produzido sobre a participação das populações de origem africana que no pós-abolição, mais especificamente em meados do século XX, buscou na escolarização alternativa de inclusão e ascensão social.

² Orestes Guimarães tornou-se o reformador da Educação Pública em Santa Catarina. O governo do Estado delegou a Orestes, plenos poderes para modernizar o arcaico sistema de ensino catarinense, de modo a extinguir requícios e hábitos coloniais e assim colocar Santa Catarina na rota da civilização e do progresso (Auras, 2007).

³ É pertinente destacar que a expansão do “modelo escolar” para “todos” não foi exclusivo do Brasil. Este se deu em âmbito mundial com relativa homogeneidade desde o final do século XIX (NOVOA, 2000).

Profissionalização e sucesso: mulheres afrodescendentes no magistério catarinense

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOOF, 1994, p. 477). Com base nessa memória histórica, buscamos pesquisar acerca de um grupo que reúne indivíduos que adquirem expressão num contexto de exclusão social.

Em termos teóricos lançamos mão de conceitos forjados por Michel de Certeau, particularmente naquele que denominou por estratégias e táticas. As estratégias e táticas são conceituadas por Certeau (2011) como:

[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes, os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc) . [...] chama de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. [...] Em suma, a tática é a arte do fraco. [...]. (CERTEAU, 2011, pp. 93-95).

Por esta via pretende-se refletir sobre formas de ocupação de espaço político e social acionadas por professoras afrodescendentes, apoiadas num discurso de acesso universal à educação e, neste caso, ao magistério. O modelo educativo marcado pela crença na escola e em seu próprio trabalho sintetizou um sentido histórico para a profissão docente de outrora, mas que ainda nos acompanha.

Ressalta-se que, nos finais do século XIX e anos iniciais do século XX o magistério primário se constituía para as mulheres em possibilidade de inserção profissional no mercado de trabalho. Uma inserção profissional no mercado na perspectiva de independência financeira e realização pelo trabalho. No caso das mulheres negras, também é necessário vencer, dentre muitos outros, os obstáculos da sociedade racista que lhes impunha frequentemente as mais diferentes provações e proceder à conversão de uma condição de subalternidade, renunciando ao lugar social que lhes era imputado.

Neste sentido, apropriando-nos dos conceitos Souza Santos, queremos “pensar a educação tanto na sua dimensão teórico-epistemológica quanto em sua discussão político ideológico que a integra e se integra na definição dos fazeres educativos dentro e fora da escola” (OLIVEIRA, 2008, p. 10). Assim, pretende-se operar com o conhecimento na ótica do pensamento de Souza Santos sob dois aspectos: conhecimento regulação, ou seja, aquele que considera o caos como ignorância e conhecimento emancipação, aquele que procurando superar a ignorância representada pelo colonialismo, na busca da solidariedade.

A despeito de muitas interpretações que tomam a escola como espaço repressor e regulador, queremos recuperar aqui uma de suas facetas, esta instituição enquanto espaço privilegiado de interação social que contribui para que ocorram condições emancipatórias daqueles que nela buscam o sucesso. Teria sido esta uma das preocupações de mulheres negras quando buscaram a escola como mecanismo de superação social? Essas mulheres viram na escola, por via do conhecimento, emancipação à condição de subverter sua condição e conquistar profissionalização?

A reflexão motivada pela leitura de Souza Santos, “permite refletir sobre a existência de práticas no seio de estruturas regulatórias e gera ideias importantes sobre as diferentes concepções de conhecimento, que ou nos permitem pensar de modo emancipatório ou nos mantém aprisionados em pensamentos e ações de caráter regulatório” (OLIVEIRA, 2008, p. 12).

Discutir e pensar acerca de trajetórias bem sucedidas de mulheres afrodescendentes tende a nos fazer crer que essas mulheres, dentro de uma estrutura regulatória, usaram de estratégias e táticas que as permitiram, mesmo na condição excludente que foi a educação, ir além do que o modelo fechado lhes permitia. Implica considerar que estas tenham enfrentado não só os elementos perceptíveis e organizáveis, mas também as relações e interações entre eles.

Nessa perspectiva, pensar as vivências de mulheres catarinenses afrodescendentes e suas trajetórias profissionais no magistério é entender, com base no conhecimento, essa emancipação (SOUZA SANTOS, 2008). Cabe destacar neste caso, a condição de gênero e raça/etnia que se configura neste contexto:

Parece que tanto a questão de gênero quanto a de raça estabelecem uma antologia entre a condição de mulher e do negro, pois ambos foram classificados biologicamente como “inferiores”, com base em uma construção socio-histórica,

de cunho ideológico, que visava perpetuar o “status quo” social e sexual, impedindo assim, as mudanças sociais por parte das mulheres e dos negros, tendo como base a desigualdade enquanto fato natural e não como uma função das relações de força, presentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, torna-se relevante refletir a respeito da condição de mulher e negra, como uma forma específica de opressão, em virtude de estar duplamente estigmatizada pela raça e pelo gênero. (SILVA, 2002, p. 196).

Observando por essa ótica, refletir sobre a mulher afrodescendente e sua profissionalização no estado de Santa Catarina implica dizer que essas mulheres acionaram um modo emancipatório de criação, descoberta e conquista de um espaço que representa sua luta de resistência, indignação, dor e emoção contra a discriminação racial e sexual a que estiveram expostas. Uma luta empreendida para mudar o lugar antes ocupado na sociedade brasileira e a possibilidade de fugir a essa condição de estigma.

Cabe lembrar que a educação escolarizada para essas mulheres visava superar sua condição de exclusão por consequência da escravidão, quando essa população foi, em grande parte, privada do acesso à educação formal. Isto ajuda a compreender um quadro das décadas de 40 e 50 do século XX, no qual a maioria dessas mulheres era analfabeta, sujeitas aos trabalhos de subalternidade por consequência da “desqualificação profissional”⁴. A ausência de políticas públicas voltadas à inclusão da população negra colocou como obstáculo para esta parte da população que via na educação escolarizada uma ferramenta estratégica de inserção e integração social; a educação possibilitaria a eliminação dos preconceitos e, em última instância, asseguraria condições para o exercício da cidadania plena.

Para a coleta de dados que envolve a pesquisa a qual a presente reflexão está vinculada, recorreremos inicialmente à análise documental de acervo organizado como parte do Projeto de pesquisa “Memória docente: os impactos do movimento de escolarização em Santa Catarina sobre a carreira docente as identidades profissionais e o trabalho pedagógico de professores da rede estadual ensino”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores em Santa Catarina (GPFESC), coordenado pela professora Doutora Ione Ribeiro Valle. Deste acervo analisamos respostas dadas a questionários

⁴ Entenda-se aqui a condição de pouca ou nenhuma escolaridade, associada a sua condição étnica.

aplicados em uma amostra de professoras/es aposentadas/os de diferentes municípios da rede estadual de ensino do estado de Santa Catarina.

Verificando os dados, nos preocupamos em selecionar os questionários quanto ao gênero e a origem étnico/racial de seus sujeitos. De um conjunto de aproximadamente quatrocentos questionários conseguimos contabilizar apenas sete professoras declaradas afrodescendentes. Tratando-se da condição de afro-descendência, tomamos como indicativo de pertença a esse grupo aquelas que revelaram origem africana, ainda que nenhuma das identificações tenha incluído a palavra africana como marca identitária.

Curioso perceber que o referente civilizatório africano para essas mulheres não é peculiar, o que nos leva a pensar em entender melhor essa ausência de manifestação quanto ao continente, sabendo que a condição de negritude nos remete a ele. Podemos dizer que talvez possa estar refletindo uma condição peculiar do estado de Santa Catarina, de população massivamente composta por descendentes de europeus, oriundos de uma política de povoamento do sul e também de apagamento dos não brancos, via teoria do embranquecimento.

Descaracterizando aqui qualquer premissa racista, Coelho (2009) registra que o sentido da “raça” nessa perspectiva:

... passou a considerar um contingente político, de pessoas afrodescendentes, que sofre discriminação pela cor. Desse modo, tanto ele se constitui um conceito identificador de um grupo, como também uma postura política, à medida que incorporou um componente ideológico de luta contra o racismo, ou seja, de luta contra todas as formas de segregação baseadas na cor. (COELHO, 2009, p. 16).

Para sistematizar as informações obtidas das repostas aos questionários organizou-se um instrumento no qual foram registradas informações sobre a trajetória de vida escolar de professoras e professores aposentados, seus percursos escolares e sua prática docente. Nesta etapa elegemos uma professora cuja história nos traz os elementos que serão apresentados a seguir, em caráter de exemplaridade. Procedemos assim, a análise de sua trajetória profissional, no sentido de responder a questionamentos apontados anteriormente neste texto. Ficamos atentos aos dados que pudessem revelar o sentido de superação relativa a seu pertencimento étnico relativo à conquista de escolaridade e profissionalização. Cabe esclarecer que o questionário está organizado em quatro grupos de questões referentes a dados pessoais, trajetória escolar, carreira

profissional e experiência pedagógica. Em virtude de não ter havido contato com a professora toma-se o cuidado de não revelar sua identidade, passando-se a tratá-la por professora “X”. Descreveremos sucintamente o relato desta professora, de modo a perceber indicadores de sua história de escolaridade e de profissionalização que contribuam para a reflexão aqui proposta.

Professora “X”

Estudou em escola pública isolada de primeira a quarta série e em escola reunida de quinta a oitava série. Fez Curso Normal. Afirma que enfrentou dificuldades para estudar em virtude da distância entre a escola e sua residência, escassez de material escolar, intempéries climáticas e dificuldades financeiras.

Ingressou no magistério em 1972, atuando de primeira a quarta série por nove anos. Exerceu também função administrativa na Coordenadoria Local de Educação de seu município durante três anos. Optou pela carreira no magistério por iniciativa própria e por incentivo da família, em virtude da boa remuneração do professor a época e da valorização da carreira. Atribui a competência do/a professor/a, a frequência a Formação, experiência em sala de aula, trocas de experiência com colegas, esforço dos dirigentes, cursos de capacitação, esforço pessoal, recursos didáticos e novas tecnologias.

Acredita que a autonomia do professor na escola está nos conteúdos ministrados, nos materiais e métodos pedagógicos e na qualidade profissional pautada no comprometimento, ética, disciplina, amor, flexibilidade e aperfeiçoamento. Relata a presença de inspeção na escola, enfatiza que a escola catarinense é razoável e vive sempre com muitas dificuldades.

Considerações Finais

O relato da professora revela obstáculos enfrentados para alcançar a escolarização, profissionalização e ascensão social. Revela também, uma visão da profissão como sacerdócio à medida que o exercício docente tenha que se dar também por amor.

Evidencia-se ainda a superação de obstáculos e dificuldades para conquista da escolaridade e também pela perspectiva de mudança de vida pelo trabalho. A

entrevistada atribui seu sucesso ao esforço pessoal e ao apoio da família, confia na importância da escola, mas entende que esta precisa melhorar.

Não conseguiremos apenas com essa pequena mostra encontrar respostas a todas as nossas indagações, mas já é possível visibilizar algumas pistas, dentre elas se confirma o número pequeno de mulheres negras que adentram no magistério e certa invisibilidade operada por elas próprias que muitas vezes não se autodeclararam afrodescendentes. Aliás, este tipo de informação está ausente de grande parte da documentação que registra a atuação docente no ensino primário em Santa Catarina, o que imputa a pesquisa desafios no sentido de localizar e acionar novas fontes.

RESUMO: Este texto apresenta resultados preliminares de pesquisa que versa sobre a profissionalização docente de mulheres afrodescendentes no estado de Santa Catarina no século XX. Buscamos perceber vestígios da trajetória docente dessas professoras, refletindo sobre o que e como populações desassistidas criam e/ou criaram mecanismos de inserção dentro de estruturas muitas vezes impermeáveis a sua participação. O requisito metodológico inclui o levantamento bibliográfico, entrevista e análise de fontes documentais e arquivos do Museu da Escola Catarinense.

Palavras-chave: profissão docente; magistério catarinense; professoras afrodescendentes

ABSTRACT: This paper presents preliminary results of research that deals with the professionalization of women of African descent in the state of Santa Catarina in the twentieth century. We seek to understand teaching trajectory traces of these teachers, reflecting on what and how underserved populations create and / or insertion mechanisms created within structures often impervious to participate. The methodological requirement includes the literature survey, interviews and analysis of documentary sources and archives of the Museum of Santa Catarina School.

Keywords: teaching profession; catarinense teaching; Afrodescendants teacher

Referências

AURAS, G. M. T. **Professor Orestes Guimarães: um paulista em Santa Catarina semeando o “novo” (1911-1935).** Cadernos de História da Educação v6, janeiro a dezembro. <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/339GlaydsAuras.pdf>

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no plural:** tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 2001.

_____. **A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer:** tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: RJ: Vozes, 2011.

COELHO, W. de N. B. **A cor ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professoras - Pará, 1970-1989**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

DAROS, Maria das Dores. **Desenvolvimento e Políticas Educativas no Brasil nos anos de 1950-1960: transnacionalização e modernização**. In: Natalia GIL; CRUZ E ZICA; Luciano Mendes FARIA FILHO (org). **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, V.1, 2012.

HOLLER, S. A. de O. Ideário Pedagógico Moderno nos Discursos dos Intelectuais Henrique Fontes e Oswaldo Cabral: Escola Primária Catarinense (1920-1930). In: Natalia GIL; CRUZ E ZICA; Luciano Mendes FARIA FILHO (org). **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, V.1, 2012.

LE GOFF, Jacques (1990). **História e memória** / Jacques LE GOFF; tradução Bernardo Leitão [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, (Coleção Repertórios), 1990.

MELO, M. M. R. de. Educação e Modernização no pensamento de Silvío Coelho dos santos em santa Catarina na década de 1960. In: Natalia GIL; CRUZ E ZICA; Luciano Mendes FARIA FILHO (org) **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, V.1, 2012.

OLIVEIRA, I. B. de. **Boaventura e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUZA SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências**. 7ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: Boaventura de SOUZA SANTOS; Maria Paula MENESES (org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **O Legado do século XX no Brasil**. 2ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SILVA, E. A. da. **Reflexões Preliminares de uma pesquisa: mulher negra professora e sua prática docente**. In: **Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcaram o presente**. Maria Christina Siqueira de Souza CAMPOS; Vera Lucia Gaspar da SILVA. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

SILVA, V. L. G. da. Profissão Professora. In: **Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcaram o presente**. Maria Christina Siqueira de Souza CAMPOS; Vera Lucia Gaspar da SILVA. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

SCHEIBE, Ieda; DADROS, M. das Dores e DANIEL, L. S. A contribuição de Intelectuais catarinenses para a pesquisa educacional e a formação de professores na década de 1950. In: **Professoras para a escola catarinense: contribuições teóricas e processos de formação**. Maria Hermínia LAGE Fernandes LAFFIN, Marilene Dandolini RAUPP, Zenilde DURLI (org). Florianópolis, Ed. Da UFSC, 2005.

VILLELA, Heloisa de O. S. O Mestre- Escola e a Professora. In: **500 anos de Educação no Brasil**. Eliane Maria Teixeira LOPES, Luciano Mendes de FARIA FILHO, Cyntia Greive VEIGA (org). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Recebido em Novembro 2013

Aprovado em Dezembro 2013